

UNIESP S.A.

**Anais do 2º Colóquio do Centro e
Núcleos de Pesquisa da UNIESP S.A.**

DOI [10.5281/zenodo.7595027](https://doi.org/10.5281/zenodo.7595027)

ISBN: 978-85-66006-20-9

**São Paulo – SP
2022**

Anais do 2º Colóquio do Centro e Núcleos de Pesquisa da UNIESP S.A.

1ª Edição

ISBN: 978-85-66006-20-9

U58a

Uniesp S. A. Centro e Núcleos de Pesquisa. (2.: 2022: São Paulo, SP)

Anais (do) 2º Colóquio do centro e Núcleos de Pesquisa da Uniesp S.A. 2022, 17 de outubro de 2022 / organização Rosa Maria Mijas Beloto; João Adalberto Campato Jr.; Edilson Teles Gomes Junior.

Vários Autores.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-66006-20-9

1. Centro de ensino. 2. Pesquisa. 3. Extensão e publicações. I. Rosa Maria Mijas Beloto. II. João Adalberto Campato Jr. III. Edilson Teles Gomes Junior. IV. Título.

CDD 001.4

Presidente da UNIESP S.A: Profa. Cláudia Pereira.

Organizadores dos Anais:

Rosa Maria Mijas Beloto

João Adalberto Campato Jr.

Edilson Teles Gomes Junior

Organização Geral

DIPEX

UNIESP S.A.

Rua Alvares Penteado, 139 - Centro - São Paulo / SP Cep: 01012-001

Telefone: (11) 4040-6709

<https://uniesp.edu.br/>

APRESENTAÇÃO

Estes Anais reúnem algumas das produções acadêmicas e das reflexões críticas originadas do **2º Colóquio do Centro e Núcleos de Pesquisa da UNIESP S.A.**, que teve lugar em São Paulo no dia 17 de outubro de 2022, a partir das 19h. e cujo tema geral gravitou em torno de questões importantes sobre Saúde e Meio Ambiente na atualidade.

O mencionado colóquio pretendeu proporcionar aos participantes atividades de formação continuada de alto nível acadêmico e de intensa relevância social na área de saúde, de direito e do meio ambiente, fomentando reflexões sobre possíveis articulações e interfaces em tais campos de conhecimento.

Para tanto, o evento foi dividido em dois blocos complementares com exposições orais de professores mestres, ex-bolsistas do Programa de Titulação Docente (PTDO) da UNIESP S.A. No primeiro bloco, enfatizaram-se discussões atuais e polêmicas a propósito da saúde. Já no segundo, abordaram-se aspectos legais e sociais do meio ambiente.

Eis os nomes dos expositores e o título de suas palestras:

- Expositor 1 - Prof. Me. Hermison Ricardo Bioni (UNISUZ – UNIESP)

Tema: *Embriões Excedentários: Possíveis Filhos ou Material Genético? Uma Questão de Bioética*

- Expositora 2 - Profa. Ma. Rosana Torrano (FAPAN – UNIESP)

Tema: *Violência Obstétrica: Visão Geral.*

**Anais do 2º Colóquio do Centro e Núcleos de Pesquisa
da UNIESP S.A. 2022**

- Expositor 3 - Profa. Ma. Ariella Rettondini (FAPAN-UNIESP)

Tema: *Responsabilidade do Município pela Omissão na Invasão, Ocupação e Posse em áreas de Mananciais: Aspectos Legais e Sociais.*

- Expositor 4 - Prof. Me. Dimas Cabral Delega (UNISUZ-UNIESP)

Tema: *Recomposição de área de Reserva Legal no Estado de São Paulo com o Uso de Sistemas Agroflorestais.*

Esperamos, com efeito, que os textos aqui publicados constituam leitura edificante para todos aqueles que estejam engajados, em diferentes escalas, na causa da saúde, do direito e do meio ambiente, fornecendo-lhes conhecimento útil e inspirador.

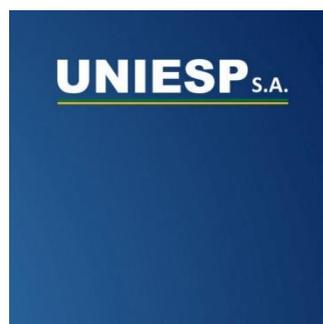
Gostaríamos, por fim, de registrar nosso muito obrigado a toda comunidade da UNIESP S.A., que participou do evento, e, acima de tudo, à Profa. Cláudia Pereira, sua Presidente, que tão intensamente tem abraçado a causa da pesquisa.

Cordialmente,

Profa. Ma. Rosa Beloto
Prof. Dr. João Adalberto Campato Jr.
Prof. Me. Edilson Teles Gomes Jr.

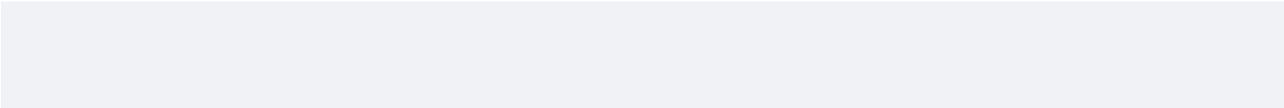
Segue abaixo o link de acesso ao II Colóquio do Centro e Núcleos de Pesquisas da UNIESP S/A,

<https://www.youtube.com/watch?v=BXqCuOUSOT4&t=281s>



www.youtube.com

LISTA DOS RESUMOS PUBLICADOS

- 1.A CRIAÇÃO DO CENTRO E NÚCLEOS DE PESQUISA DA UNIESP S.A: BREVE RELATO.
 - 2.DIREITOS DA PARTURIENTE.
 - 3.PÓS-VERDADE, FAKE NEWS E COMUNICAÇÃO AMBIENTAL: QUESTÕES ÉTICAS E IDEOLÓGICAS.
 - 4.EMPREENDER NA ÁREA DA SAÚDE.
 - 5.ÉTICA MÉDICA E IMPACTO REPUTACIONAL.
 - 6.VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA.
 - 7.A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO PELA OMISSÃO NA INVASÃO, OCUPAÇÃO E POSSE EM ÁREAS DE MANACIAIS: ASPECTOS LEGAIS E SOCIAIS.
 - 8.OBSERVAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O MEIO AMBIENTE, A SAÚDE AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.
 - 9.PRIMÍCIAS DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITO AMBIENTAL PARA A QUALIFICAÇÃO DE ESTUDANTES DE CURSO MÉDIO E TÉCNICO.
 - 10.PROPOSTA DE SISTEMA COMPACTO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO PARA IMPLANTAÇÃO EM UNIVERSIDADES.
 - 11.VISÃO PARCIAL DO NÚCLEO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS DA UNIESP. S.A.
- 

A Criação do Centro e Núcleos de Pesquisa da UNIESP S.A.: Breve Relato**Cláudia Oliveira Pereira**

Presidente do Grupo Educacional UNIESP. S.A. Graduada em Administração de Empresas pelo Centro de Ensino Superior de Dracena (CESD). Especialista em Gestão Educacional.

Rosa Beloto.

Diretora de Pesquisa, Extensão e Publicações da UNIESP S.A. Escritora. Mestre em Letras pela PUC-SP.

João Adalberto Campato Jr.

Coordenador do Centro e Núcleos de Pesquisa da UNIESP. S.A. Doutor em letras pela UNESP. Pós-Doutor pela USP, UNICAMP, UERJ e UFMS.

RESUMO

Em 2022, numa ação articulada entre a Presidência da UNIESP S.A. e a Diretoria de Pesquisa, Extensão e Publicações (DIPEX) da referida instituição, foi criado e posto em funcionamento o Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Publicações – CEPE e, simultaneamente, os Núcleos de Pesquisa da UNIESP S.A, órgãos encarregados de fomentar parte da pesquisa a ser realizada na IES. Os Núcleos agrupam investigações sobre saúde, meio ambiente, direito e educação. Embora a UNIESP S.A, presente em cinco estados do Brasil, seja uma rede de faculdades e de centros universitários, já constitui política da Presidência a forte promoção institucional da pesquisa, amparada na crença de, primeiro, não existe formação completa de um egresso de qualquer curso de graduação – como profissional, cidadão e indivíduo - que não passe pela tríade ensino-pesquisa-extensão, e, segundo, semelhante ação acarreta um ganho de qualidade e de produção acadêmica nos docentes da casa e, conseqüentemente, nos alunos. Com efeito, pretende-se aqui evidenciar alguns dados que atestam tal importância. Neste primeiro ano de funcionamento, o Centro, por meio de seus Núcleos de Pesquisa organizaram dois colóquios interdisciplinares, com base em apresentação de comunicações seguidas de debates, nos quais avultaram os temas relacionados à saúde e ao direito. Por meio de transmissão remota, os dois colóquios tiveram, no conjunto, mais de mil visualizações, além de numerosos elogios da comunidade acadêmica. Vale salientar que os professores membros do Centro revelaram-se muito interessados e engajados em integrar tais simpósios, nos quais apresentam comunicações previamente preparadas e, em boa parte dos casos, antecipadas pela criação de artigos a ser futuramente publicados em jornais e portais de notícias. A eventual produção decorrente dos colóquios – tanto dos docentes participantes quanto dos ouvintes – é publicada em anais. Entre um e outro colóquio, professores do Centro apresentaram trabalho em congresso internacional de Bioética em respeitada universidade paulistana. Os trabalhos serão publicados também na forma de anais. Os bons resultados dessas ações de pesquisa têm atraído cada

**Anais do 2º Colóquio do Centro e Núcleos de Pesquisa
da UNIESP S.A. 2022**

vez mais os docentes para o mundo acadêmico, em cujas particularidades eles desejam se inserir com mais vigor. Com frequência, outros professores manifestam desejo de fazer parte do Centro, o que será realizado no próximo ano. Em virtude de intervenções acadêmicas dessa natureza, os docentes da UNIESP S.A têm à disposição mais uma ferramenta para o crescimento acadêmico, o enriquecimento conceitual, a visibilidade profissional e a atualização de seu currículo, tudo se refletindo na qualidade geral do ensino.

Palavras-Chave: Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Publicações - CEPE. Núcleos de Pesquisa da UNIESP. Pesquisa.

DIREITOS DA PARTURIENTE

Flavia Petra Melara Benatti

Graduada em Direito, Pós-graduada em Direito Empresarial, Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil.

Marcelo de Almeida Benatti

Graduado em Direito, Pós-graduado em Direito do Consumidor pela faculdade INED de Rio Claro. E-mail: contato@marcelobenatti.adv.br

RESUMO

Este resumo busca apresentar a análise dos direitos das parturientes para que possam ter conhecimento sobre eles e, desta forma, exigir o seu cumprimento visando um parto tranquilo e uma experiência positiva. O objetivo da pesquisa é informar as parturientes e a seus esposos(as) ou companheiros(as) sobre seus direitos a um parto mais humanizado e com procedimentos da medicina atual, que podem levar a um menor desconforto no nascimento da criança. Esta investigação é realizada pela metodologia de revisão bibliográfica, especialmente da legislação vigente, quais sejam: 1) Lei n. 11.105/05, que, em seu artigo 19 e incisos e na Portaria n.º 2418/05, trata da presença de acompanhante para mulheres em trabalho de parto, parto e pós-parto de forma a focar na humanização da assistência a parturiente; 2) Portaria n.º 569/2022, que institui o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Para além disso, foi consultado o II Colóquio do Centro de Núcleo de Pesquisa da Uniesp S/A, realizado no dia 17/10/2022, principalmente observada a palestra ministrada pela professora Rosana Torrano, com o tema “Violência Obstétrica”, que demonstrou, ainda, outros direitos das parturientes. Observou-se que o direito é frequentemente violado, em especial o direito à companhia, o desrespeito à autonomia das mulheres para opinar e escolher o parto, e quanto ao tratamento de acordo com seus valores e crenças. Após a realização desta pesquisa, observamos que o tema em pauta deve ser mais divulgado e difundido entre as gestantes e seus acompanhantes, para que no momento do parto possam exigir e fazer cumprir seus direitos a um parto humanizado, com respeito as suas autonomias e escolhas pessoais. Ninguém pode ter seu direito respeitado, se não sabe quais são eles.

Palavras-chave: Saúde, Parto, Direito, Humanização

Pós-Verdade, Fake News e Comunicação Ambiental: Questões Éticas e Ideológicas

João Adalberto Campato Jr

Coordenador do Grupo e Núcleos de Pesquisa da UNIESP.S.A. Professor do Mestrado em Ciências Ambientais da Universidade Brasil.

Roger Fernandes Campato.

Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Paulo Fraga da Silva.

Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie

RESUMO

O presente estudo gravitou em torno de uma reflexão de delineamento bibliográfico sobre a dimensão ideológica e discursiva da comunicação ambiental em tempos de *fake news* e de pós-verdade, como aquela que sustenta que a região amazônica brasileira se encontra em situação intacta e preservada como quando da ocasião do “descobrimento” do Brasil, em 1500, pelos navegantes portugueses. Objetivou-se mostrar que, no momento atual, torna-se possível afirmar que aparentar ser verdadeiro mostra-se, em larga escala, mais crível que a própria verdade. Isso porque a estratégia retórica da comunicação ambiental, amparada por um irrecusável aparato patético, subjetivo e chegando às raias do irracional, revela-se mais decisivamente persuasiva do que ir à cata de uma suposta evidência e de um suporte racional dos fatos a serem divulgados. *Fake News*, narrativas fabricadas, apelos a emoções, a subjetividades e sobrevalorização de crenças e valores passam a ter, com efeito, cada vez mais influência cabal nas diversas esferas da formação da opinião pública, promovendo, atualmente, uma série de questionamentos de ordem ética, assim como gerando problemas que colocam em xeque a democracia e a convivência entre as pessoas. Ao fim e ao cabo, são as próprias noções de verdade e de realidade que se colocam na berlinda.

Palavras-chave: Comunicação Ambiental. Ética. Pós-verdade. *Fake News*.

EMPREENDER NA ÁREA DA SAÚDE

Márcio Magalhães Fontoura

Graduado em Filosofia, Pedagogia e Teologia. Mestre em Administração e Doutor em Ciências Sociais. Consultor em Gestão Acadêmica da UNIESP S/A

RESUMO

O pressuposto inicial que motivou a presente investigação é que os cursos de medicina, de uma forma geral, não preparam os médicos para que saibam gerir seus próprios consultórios, clínicas, laboratórios entre outras possibilidades de negócios na área da saúde. Considerando a limitação formativa dos médicos quanto as práticas empreendedoras e a dificuldade que muitos profissionais da saúde encontram no momento de gerir negócios a temática ganha relevância social e científica. A palavra empreender está relacionada “fazer acontecer”, sendo assim, empreender na área da saúde constitui-se um desafio a ser trabalhado nos cursos de formação médica, oportunizando a reflexão sobre a importância formativa da área da gestão e a contribuição de elementos teóricos e práticos que suscita a possibilidade de outras pesquisas. Sendo assim, objetiva-se verificar o quanto a formação empreendedora é trabalhada nos currículos de medicina e o quanto os médicos recém-formados estão aptos para a gestão. Tem-se ainda como objetivos específicos identificar o nível de clareza dos médicos recém-formados quanto ao processo empreendedor considerando a capacidade para identificar e analisar oportunidades de negócios, planejar o negócio, estimar e aplicar os recursos, realizar a formação de equipes e o gerenciamento do negócio, além da capacidade de colher e distribuir o valor gerado pelo negócio. Como caminho metodológico, buscou-se o levantamento em fontes secundárias sobre a formação do médico e o empreendedorismo, com ênfase no processo empreendedor. Assim como, pesquisa em fontes primárias, tendo como sujeitos da pesquisa, médicos recém-formados, utilizando como instrumento da pesquisa, a entrevista estruturada buscando mensurar a formação empreendedora aprendidas nos cursos de medicina, bem como, a análise documental de dez currículos de cursos de medicina em IES públicas e privadas. Caracterizando a pesquisa de natureza qualitativa e do tipo descritiva. Notou-se com a investigação que a formação

empreendedora é limitada, considerando que os dados da pesquisa evidenciam um percentual elevado de mortalidade de micro e pequenas empresas no Brasil, em média quase 80% nos primeiros cinco anos. Notou-se que não é diferente em negócios na área da saúde. Por meio da análise documental foi possível perceber que os currículos trabalham de forma superficial temáticas relacionadas a formação empreendedora, claro nas análises dos conteúdos das entrevistas: os médicos apresentaram limitações para identificar e analisar oportunidades, estimar, captar e gerenciar recursos e fragilidades no uso das funções administrativas. Fica claro que a formação empreendedora é uma necessidade a ser oferecida nos cursos de medicina, não apenas na exploração dos aspectos conceituais, mais sobretudo por meio de laboratórios práticos que instrumentalizem o médico para o exercício da gestão.

Palavras-chave: Processo empreendedor. Gestão na área da saúde. Currículo na medicina.

ÉTICA MÉDICA E IMPACTO REPUTACIONAL

Márcio Magalhães Fontoura

¹Graduado em Filosofia, Pedagogia e Teologia. Mestre em Administração e Doutor em Ciências Sociais. Consultor em Gestão Acadêmica da UNIESP S/A.

A era do conhecimento trouxe, entre tantas outras transformações, a necessidade maior do cuidado com a marca. Os especialistas em *branding* afirmam que 60% do valor de uma empresa é reputacional, ou seja, as empresas valem mais pelos ativos intangíveis que pelos tangíveis. Da mesma forma que a velocidade da informação possibilita que os escândalos empresariais se propaguem não é diferente para as marcas pessoais. A presente temática situa-se neste contexto, considerando que nos últimos anos houve uma maior exposição de escândalos envolvendo a conduta médica e gerando impacto reputacional. Torna-se relevante a discussão pois oportuniza aos profissionais da área da medicina reforçar o cuidado com a conduta, sobretudo na relação com os seus pacientes, possuindo relevância científica considerando a possibilidade da busca do aprofundamento multidisciplinar, envolvendo as áreas da saúde e da ética. O objetivo da pesquisa foi apresentar a importância da relação entre a conduta médica e o impacto reputacional, tendo como objetivos específicos discutir a questão da identidade, imagem e reputação do profissional da área da saúde e os comprometimentos para a carreira profissional quando há perda de capital reputacional. Para a realização da pesquisa a metodologia utilizada foi inicialmente a pesquisa nas fontes secundárias para fundamentar teoricamente os conceitos abordados na pesquisa e um levantamento de webmetria, buscando quantificar informações e publicações bibliométricas na web sobre escândalos relacionados a conduta médica e as suas implicações para a imagem dos médicos. Considerando a ética como a ciência da conduta, as ações que um profissional realiza projeta a sua imagem para a sociedade, a sua imagem percebida vai formando o que pode-se chamar de boa a má reputação, reforçando a identidade, a forma como o profissional é visto. Com o advento das redes sociais, a pesquisa demonstrou que houve um aumento de propagação de escândalos na área médica, notou-se nos materiais publicados, entre outros problemas de conduta: divulgação sigilosa e pacientes na rede, mais de 80% dos médicos, abusos sexuais em pacientes, violência física e psicológica, a

**Anais do 2º Colóquio do Centro e Núcleos de Pesquisa
da UNIESP S.A. 2022**

conduta na comunicação e transparência com os pacientes entre outras. O resultado da pesquisa acena para o que regularmente constata-se por meio dos noticiários vinculados nos principais meios de comunicação o que gera impacto reputacional que abala a confiança em relação médico-paciente. Conclui-se com a necessidade de discussão e aprofundamento da conduta médica e o impacto reputacional, sobretudo nos cursos de formação inicial do médico.

Palavras-chave: Ética médica. Capital reputacional. Escândalos e comprometimento na carreira.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Rosana Torrano

Advogada. Professora da FAPAN-UNIESP. S.A. Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil com bolsa PTDO.

RESUMO

A questão da violência obstétrica vem ganhando destaque junto ao judiciário, pois retrata, infelizmente, uma realidade de violência de gênero sofrida pelas mulheres. Objetiva-se, de forma simples, mas bem elucidativa, refletir a respeito de alguns exemplos do que pode ser caracterizado como violência obstétrica. Semelhante reflexão será realizada com base em pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, algumas das manifestações de violência obstétrica são as seguintes: procedimentos sem justificativas durante a condução do parto; episiotomias desnecessárias; desrespeito ao plano de parto apresentado pela parturiente junto a unidade hospitalar; violação da intimidade da parturiente; comunicações desrespeitosas com as mulheres, como piadinhas, ridicularização; tratamentos diferenciados em função de raça; cor; condição social, escolaridade. Outra informação importante a ser discutida consiste na questão de que existe um documento chamado Plano de parto, que é, por sinal, desconhecido de boa parte das parturientes. O Plano de Parto, no geral, registra várias informações de como a mulher grávida deseja a condução do seu parto, evitando, é claro, todos os riscos à parturiente ou ao bebê. Eis alguns exemplos do que pode conter neste plano de parto: se a parturiente quer ou não a infusão contínua de soro; se ela quer parto cesariana ou normal; se ela quer fazer o uso de ocitocina, ou não; se a mulher deseja ou não que seu parto seja induzido; se ela quer ficar em jejum ou não, dentre tantas outras questões que podem ser destacadas deste documento. O ideal é que o referido documento seja assinado pela parturiente, por seu médico, por seu marido, e que deve ser entregue aos responsáveis no momento da internação da grávida mediante protocolo assinado por quem o recebeu.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Plano de parto. Parturiente.

**A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO PELA OMISSÃO NA INVASÃO, OCUPAÇÃO
E POSSE EM ÁREAS DE MANANCIAIS: ASPECTOS LEGAIS E SOCIAIS**

Ariella d'Paula Rettondini

Advogada. Professora Universitária na FAPAN-UNIESP S.A. Mestre em Ciências Ambientais pela
Universidade Brasil (UB) com bolsa PTDO.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a responsabilidade dos municípios pela omissão diante da invasão, ocupação e posse em áreas de mananciais. O déficit habitacional, aliado à valorização dos imóveis nas regiões centrais da cidade, faz com que as pessoas procurem alternativas para morar com suas famílias. Nesse caso, as pessoas tentam se instalar nos subúrbios, muitas vezes em áreas de nascentes, comprando imóveis mal construídos, sem registro ou autorização legal. Além disso, se eles não compram propriedades prontas, estão invadindo essas áreas de mananciais supostamente protegidas para construir suas próprias casas. Além da jurisprudência, a metodologia utilizada é suportada por revisão de literatura e legislação pertinente. O local de estudo concentra-se no estado de São Paulo, especificamente na cidade de São Bernardo do Campo e no reservatório Billings. Possuir, invadir e ocupar áreas de mananciais têm consequências sociais, econômicas e principalmente ambientais que são analisadas neste trabalho. Existe legislação específica para áreas de mananciais que os moradores não cumprem, e o município permanece omissa e responsável por não atender a essas situações ilegais. Embora existam políticas públicas de habitação, saúde, meio ambiente e educação, elas não são suficientes para atender às necessidades da população. Uma das possíveis soluções analisadas é a educação ambiental formal e informal para aumentar a conscientização pública.

Palavras-chave: Mananciais. Posse. Omissão. Município. Educação.

**OBSERVAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O MEIO AMBIENTE, A SAÚDE
AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Mariele Cogo Pessoa de Carvalho

Universidade Brasil, Mestrado em Ciências Ambientais, São Paulo, SP

João Adalberto Campato Jr

Coordenador do Centro de Pesquisa da UNIESP S.A. Professor do Mestrado em Ciências Ambientais,
Universidade Brasil.

RESUMO

A presente pesquisa – desenvolvida por delineamento bibliográfico e desenho qualitativo – busca, principalmente, elencar os principais problemas e os impactos ambientais mais diretamente responsáveis por prejudicar globalmente a saúde humana, propondo a educação ambiental crítica como uma das possíveis ações de combate mais eficazes em relação ao problema mencionado. A educação ambiental crítica, com efeito, caracteriza-se por uma pedagogia emancipatória e libertadora do ser humano, o qual se torna, assim, um cidadão autônomo, reflexivo e consciente de que os problemas ambientais – inclusive os de saúde - são problemas essencialmente políticos, de dimensão coletiva, marcados por relações de poder quase sempre ocultas e ideológicas.

Palavras-chave: Saúde Ambiental. Educação Ambiental Crítica. Ensino e Aprendizagem.

**PRIMÍCIAS DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM DIREITO AMBIENTAL PARA A
QUALIFICAÇÃO DE ESTUDANTES DE CURSO MÉDIO E TÉCNICO.**

Alex Lopes Appoloni

Aluno do Programa de Mestrado em Ciências Ambientais da Universidade Brasil., Fernandópolis, SP

João Adalberto Campato Jr.

Professor Titular do Programa de Mestrado em Ciências Ambientais da universidade Brasil.

RESUMO

Sabe-se suficientemente bem que as atividades humanas ocasionam toda sorte de impacto ambiental. Semelhante premissa serviu de bússola para o presente trabalho, principalmente com o aumento sensível de práticas predatórias, que agem direta e indiretamente na degradação do meio ambiente. Nem mesmo a legislação que tipifica determinadas condutas como crimes se mostra capaz de cumprir a finalidade preventiva, evitando tal degradação. É necessário despertar a consciência em relação a uma postura mais sustentável por parte da população, levando-a a uma reflexão do tema sob um aspecto ecológico, social e econômico, o que pode ser feito, por exemplo, por meio da união entre a educação ambiental e o direito ambiental. Com efeito, pretende-se com esta pesquisa listar metodicamente os principais tópicos do conteúdo programático da disciplina direito ambiental para, numa produção posterior, elaborar um manual de direito ambiental destinados especialmente para os estudantes do curso médio e técnico.

Palavras-chave: Direito Ambiental; Educação Ambiental.

**PROPOSTA DE SISTEMA COMPACTO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO
PARA IMPLANTAÇÃO EM UNIVERSIDADES**

Vitoria Tairini Santos De Oliveira da Costa

Graduanda, Engenharia Civil, Universidade Brasil.

Noelen Muriel Doimo Prado Martins

Mestranda, Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, Universidade Brasil.

Juliana Heloisa Pinê Américo-Pinheiro

Professora Titular, Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, Universidade Brasil.

RESUMO

A geração de esgotos domésticos é um potencial problema de saneamento quando não tratado, e para que isso não ocorra, é necessário que este resíduo líquido seja coletado e destinado de forma adequada. A busca por novas alternativas de tratamento, que de forma eficiente, possa aliar alta eficiência a custos baixos de implantação e operação e atingir locais onde a rede municipal não consegue atender, é essencial. Há 25 anos o esgoto doméstico da Universidade Brasil – Campus Fernandópolis é lançado em uma fossa séptica, que devido à falta de capacidade de suportar a carga de esgotos, provoca o galgamento e escoamento de esgoto para um afluente do Ribeirão Santa Rita. O objetivo dessa pesquisa é projetar e dimensionar por meio da elaboração de plantas baixas, cortes, layout de equipamentos e planialtimetria um sistema compacto de tratamento de esgotos domésticos para a Universidade Brasil, Campus Fernandópolis – SP. O sistema será projetado para tratar os esgotos nos padrões exigidos pela Resolução CONAMA nº 430/11 que dispõe sobre condições, parâmetros, padrões e diretrizes para lançamento de efluentes em corpos de água. Os detalhamentos e dimensionamento do projeto (memorial de cálculo e plantas) serão desenvolvidos por meio de plantas baixas, cortes, layout de equipamento e planialtimetria com auxílio do software AutoCAD. Para determinação de volume e capacidade do sistema de tratamento foi estabelecido o volume de esgoto a ser tratado para uma população estimada de 4.500 pessoas (alunos, docentes e funcionários)

que utilizam o campus diariamente para se chegar ao valor de efluente doméstico gerado. Com o projeto apresentado e implantado, espera-se obter uma solução para o tratamento de esgotos com investimento de 1/3 em relação às outras tecnologias disponíveis no mercado. A infraestrutura poderá ser utilizada para aulas práticas em diversos cursos de pós-graduação e graduação e o Campus de Fernandópolis poderá ser modelo regional de excelência em tratamentos de efluente e reuso da água, inclusive como sede para visitas. A proposta de tratamento do esgoto poderá servir de modelo para outras instituições de ensino visando à saúde humana e ambiental

Palavras-chave: Efluentes. Saneamento. Tecnologia ambiental.

Visão Parcial do Núcleo de Pesquisa em Ciências Ambientais da UNIESP. S.A.

Rosa Beloto

Diretora de Pesquisa, Extensão e Publicações - Dipex. UNIESP. S.A.

João Adalberto Campato Jr

Coordenador do Grupo de Pesquisa da UNIESP S.A.

Andreia Silveira

Pesquisadora do Núcleo de Ciências Ambientais da UNIESP. S.A.

Ariella Rettondini

Pesquisadora do Núcleo de Ciências Ambientais da UNIESP. S.A.

Carlos Firmino

Pesquisador do Núcleo de Ciências Ambientais da UNIESP. S.A.

Dimas Cabral

Pesquisador do Núcleo de Ciências Ambientais da UNIESP. S.A.

Marcela Hiluany

Pesquisadora do Núcleo de Ciências Ambientais da UNIESP. S.A.

Renata Chagas

Pesquisadora do Núcleo de Ciências Ambientais da UNIESP. S.A.

Eduardo Kubota

Pesquisadora do Núcleo de Ciências Ambientais da UNIESP. S.A.

H. Ricardo Bioni

Pesquisadora do Núcleo de Ciências Ambientais da UNIESP. S.A.

Rosana Torrano

Pesquisadora do Núcleo de Ciências Ambientais da UNIESP. S.A.

RESUMO

A UNIESP. S. A. mantém o Centro de Pesquisa, órgão acadêmico que fomenta interdisciplinarmente a pesquisa científica em diversas áreas do conhecimento humano, com vistas a seu pleno desenvolvimento, inovação, divulgação e relevância social, bem como formação de recursos humanos especializados e em constante evolução. O Centro de Pesquisa da UNIESP S.A mantém três Núcleos de Pesquisa, a saber: Núcleo de Pesquisa em Ciências Ambientais; Núcleo de Pesquisa em Saúde Humana; Núcleo de

**Anais do 2º Colóquio do Centro e Núcleos de Pesquisa
da UNIESP S.A. 2022**

Pesquisa em Linguagens e Ensino. Nos limites deste espaço, mencionaremos mais sistematicamente as atividades de pesquisa na área de ciências ambientais. No interior desse quadro teórico, o Grupo tem realizado investigações interdisciplinares estabelecendo uma interface, sobretudo, entre as ciências ambientais, a saúde e o direito. Considerável parcela dos resultados de tais exames são divulgados em encontros científicos na própria UNIESP S.A. ou em outras universidades. No que atende ao pressupostos teóricos das ciências ambientais que embasam o Grupo em suas atividades acadêmicas, convém elencar os seguintes: a) a concepção de meio ambiente como um conjunto de elementos naturais, humanos, sociais e culturais que se inter-relacionam e que se modificam sem cessar; b) a necessidade de levar em conta a questão cada vez mais graves dos impactos ambientais; c) a busca por um desenvolvimento mais próximo possível do sustentável; d) a aposta na educação ambiental como processo político, crítico e emancipatório do ser humano, capaz de desvelar as relações de poder que subjazem nas relações ambientais; e) a crença na necessidade da articulação entre qualidade do meio ambiente e saúde, resultando no conceito de saúde ambiental. Tendo isso em consideração, acredita-se que o Núcleo de Ciências Ambientais do Centro de Pesquisa da UNIESP S.A. – compostos, diga-se de passagem, por docentes titulados pelo Programa PTDO da UNIESP.S.A. - tem se revelado de extrema importância para chamar atenção dos novos pesquisadores para questões que precisam ser equacionadas.

Palavras-Chave: Meio Ambiente. Sustentabilidade. UNIESP. S.A.

UNIESP S.A.

Anais do 2º Colóquio do Centro e Núcleos de Pesquisa
da UNIESP S.A. 2022



ISBN: 978-85-66006-20-9